 ISBN: 978-65-88884-36-2

A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ACESSO A EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS

ELIELMA RODRIGUES BARBOSA; LÍVIA VALENTE CAMPOS ANDREZA MARIA NASCIMENTO DE MATTOS

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a importância da existência de politicas públicas para acesso a educação em comunidades ribeirinhas. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativa. E para isto, realizou-se um levantamento, por meio das bases de dados virtuais: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Os resultados mostram que há a necessidade de políticas públicas voltadas para a realidade das comunidades ribeirinhas, como programas de incentivo ao manejo da pesca, pecuária e hortas mais rentáveis, ou seja, da realidade local. Portanto, conclui-se que as políticas públicas podem ser uma ferramenta importante para enriquecer e perpetuar o modo de vida das populações tradicionais, pois podem garantir que esses temas sejam relevantes no campo (ou seja, dentro de seu território, levando em consideração os aspectos sociais, características econômicas, políticas, culturais e ambientais ao longo do rio) uso e persistência.

Palavras-chave: Políticas públicas; Educação; Comunidades ribeirinhas.

1 INTRODUÇÃO

Analisar a implementação de políticas públicas em comunidades ribeirinhas requer também verificar se elas são construídas a partir das realidades locais, ou seja, verificar se os objetos de saberes e práticas tradicionais dessas comunidades e seus ambientes são priorizados nessas políticas, bem como responsáveis por sua existência (SOUZA, 2005).

No entanto, para testar se as políticas públicas estão pautadas nos modos de vida dessas comunidades, é preciso destacar na pesquisa as tradições e identidades e valores culturais das comunidades ribeirinhas. Valores materializados territorialmente através de símbolos, religiões, mitos, organização socioeconômica, etc., geram um ambiente diferenciado e ao mesmo tempo único de comunidades organizadas em torno de laços de solidariedade e imbuídas de saberes sistematizados, revelando a história e a construção do viver ribeirinho.

Assim, optou-se pela pesquisa a partir da compreensão de que o movimento em defesa da educação de comunidades ribeirinhas tem se intensificado com o apoio de inúmeras pessoas e grupos de governos (federal, estadual e municipal), ONGs, associações, sindicatos, sindicatos de trabalhadores e outros.

DOI: 10.51189/encoped/19754

 ISBN: 978-65-88884-36-2

Apesar do cumprimento da política pública, Molina (200) cita que as políticas públicas não são suficientes para atender às necessidades desses sujeitos. Nesse sentido, quanto à forma de educação do campo, embora tenha havido algum avanço na legislação, do ponto de vista da situação atual da educação e das escolas do campo, ainda existem suas deficiências em comunidades ribeirinhas.

Desta maneira tem-se como problemática: qual a relevância de políticas públicas voltadas para o acesso à educação em comunidades ribeirinhas?

O objetivo geral da pesquisa é analisar a importância da existência de politicas públicas para acesso a educação em comunidades ribeirinhas. E como objetivos específicos: discutir a respeito das politicas públicas de campo; discutir sobre a política de educação do campo no reconhecimento da cultura das comunidades ribeirinhas por parte dos formuladores de políticas públicas. E identificar as politicas públicas voltadas para educação de campo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo. Toda investigação deve ter suas delimitações previamente definidas, assim, visto a necessidade de atender as pretensões apresentadas neste projeto optou-se por esse tipo de pesquisa, já que envolve levantamento bibliográfico para maior aprofundamento sobre o tema e para tornar transparentes os levantamentos acerca dos questionamentos suscitados (LAKATOS; MARCONI, 2011).

Na pesquisa qualitativa, segundo Lakatos e Marconi (2011) o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Foram identificadas fontes que fossem capazes de responder à problemática do trabalho, levando em consideração as que continham informações sobre a temática. E para isto, realizou-se um levantamento, por meio das bases de dados virtuais: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando como palavras-chave: Politicas públicas; Educação; Comunidades ribeirinhas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos últimos anos, a necessidade de políticas públicas específicas para o campo tem pautado o debate sobre educação de campo, ou educação ribeirinha. A seguir destaca-se alguns pontos que têm se destacado no movimento de defesa da educação do campo: a inserção das aspirações do campo na agenda pública nacional e o desenvolvimento de políticas públicas específicas para os pessoas de comunidades ribeirinhas. Nesse sentido, deve-se destacar que o conceito de política pública deve ser entendido como um conjunto de ações resultantes de um processo de institucionalização de necessidades coletivas, constituídas pelas interações Estado-sociedade.

Um aspecto fundamental que não pode faltar nas discussões sobre a política de educação do campo é o reconhecimento por parte dos formuladores de políticas públicas de que o campo é dinâmico e está em constante movimento. Nesse sentido, Caldart (2000, p. 41) argumenta que o campo brasileiro é um espaço de tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores da terra que estão mudando a forma como a sociedade vê o campo e seus sujeitos. Este movimento reconhece que a escola deve adaptar-se, na forma e no conteúdo, às disciplinas que o exigem; a escola deve satisfazer os alunos, e não o contrário.

Porém, ao defender a integração das necessidades do campo na agenda política

DOI: 10.51189/encoped/19754

 ISBN: 978-65-88884-36-2

nacional, é preciso analisar uma importante questão destacada por Vieira (2000). Segundo os autores, nos últimos anos, uma “agenda internacional” para a educação vem sendo estruturada e concretizada. Para começar a pensar sobre este tema, vamos nos situar nos modelos econômicos empregados, ainda que não exaustivamente, para compreender as implicações de uma "agenda educacional internacional".

Nos últimos anos, deve-se perceber que a sociedade passou/está passando por profundas mudanças em vários campos. Segundo a literatura, esses eventos estão diretamente relacionados à reestruturação da produção no sistema capitalista, que impulsionou profundas mudanças no final do século XX, tendo como foco principal a “reforma” de todos os setores para atender às demandas do mercado. Lima e Lima (2006, p. 02) apontam que “o capital tem adotado uma série de estratégias em resposta à crise, incluindo a reforma do Estado, a reestruturação produtiva e a crescente internacionalização da economia”.

No contexto das chamadas políticas sociais, essas decisões são direcionadas aos países periféricos com o objetivo de minimizar a pobreza. Esse processo é impulsionado por vários Estados "hegemônicos" na forma de organizações internacionais, incluindo o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e UNICEF. Educação, ciência e cultura (UNESCO), etc., e através de regulamentos, diretrizes, cooperação técnica, recomendações, atividades organizacionais, etc. Estas mudanças afetam diretamente a educação e as escolas, e espera-se que assumam a pesada responsabilidade do desenvolvimento nacional. Nessa visão messiânica, a educação não é um direito, mas um privilégio, sendo as escolas o mercado da educação e os cidadãos os consumidores (AMARAL, 2002).

Por muitos anos, a política educacional lutou para atender às necessidades dos sistemas de produção, indo na contramão do processo de educação verdadeiramente inclusiva. Isso nos leva à conclusão geral de que a educação atende a diferentes interesses e grupos. Nesse sentido, há urgência e necessidade de tecer alternativas para que a educação supere os constrangimentos do capital, como mostra Mészarós (2005). Assim, para as presentes autoras, uma das principais funções da educação formal em que a sociedade é gerar o máximo de consistência ou "consenso" possível. Para ele, para romper com a lógica do capital, as soluções no campo da educação não podem ser formalizadas, mas devem ser substantivas, e devem abranger toda a prática socioeducativa.

Nesse sentido, a política pública no Brasil e na Amazônia deve levar em consideração a diversidade cultural e social existente, reconhecendo que diferentes sujeitos com diferentes identidades e modos de vida vivem no campo, pois como enfatiza Hage (2005, p. 61) como em :

> [...] a Amazônia apresenta como uma de suas características fundamentais a “heterogeneidade” que se expressa de forma bastante significativa no cotidiano da vida, do trabalho e das relações sociais, culturais e educacionais dos sujeitos que nela habitam, heterogeneidade essa, que deve ser valorizada e incorporada nos processos e espaços de elaboração e implementação de políticas e propostas educacionais para a região.

Assim, aponta-se que, a heterogeneidade que existe nas práticas, saberes e experiências sociais locais tem sido negligenciada na política e assessoria educacional na região. Nesse contexto, é urgente defender uma educação que não seja voltada para o mercado educacional, mas para o Brasil rural, especialmente na Amazônia. Onde a política social é dirigida por organizações internacionais, tal mudança é difícil, mas não impossível.

4 CONCLUSÃO

DOI: 10.51189/encoped/19754

 ISBN: 978-65-88884-36-2

Identificou-se a necessidade de políticas públicas voltadas para a realidade dos ribeirinhos, como programas de incentivo ao manejo da pesca, pecuária e hortas mais rentáveis. Portanto, as autoridades devem refletir através desses incentivos à produção sustentável que o agricultor familiar possa continuar usando a natureza de forma sustentável e rentável, proporcionando-lhe assim uma alta qualidade de vida.

Portanto, afirma-se que as políticas públicas podem ser uma ferramenta importante para enriquecer e perpetuar o modo de vida das populações tradicionais, pois podem garantir que esses temas sejam relevantes no campo (ou seja, dentro de seu território, levando em consideração os aspectos sociais, características econômicas, políticas, culturais e ambientais ao longo do rio) uso e persistência.

Outro ponto que se defende para inclusão em política pública é a forma com que os ribeirinhos possam produzir seus produtos sem causar grandes danos à natureza, uma vez que exercem diversas atividades em regime de subsistência, garantindo o fornecimento de todos os tipos de alimentos e utensílios. Uma certa qualidade de vida. Se a política pública garantir a infra-estrutura acima, a qualidade de vida será muito melhorada. Portanto, diante da falta de políticas públicas que priorizem seus saberes, cultura e formas de produção, é imprescindível que esses ribeirinhos sejam reconhecidos ou lembrados pelos executivos municipais, estaduais e nacionais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, W. A. N. do et al. **Políticas públicas em biodiversidade:** conservação e uso sustentado no país da Megadiversidade. 2002.

CALDART, Roseli Salete. (Orgs). **Por uma Educação Básica do Campo**. Coleção por uma educação básica no campo. nº 03, Brasília: DF. Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2000.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Classes Multisseriadas:** desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica. In: HAGE, Salomão Mufarrej (Org). Educação do Campo na Amazônia: Retratos e realidades das Escolas Multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, K; LIMA, S. **Dívida pública e educação superior brasileira**: financiamento público como garantia de direitos sociais e de democracia. 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. TAVARES, Isa (Trad). São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna. Desafios para os educadores e educadoras do campo. IN: **Educação do Campo:** identidades e políticas públicas. Coleção Por uma educação do Campo, nº 04, Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.

SOUZA, Orlando Nobre B. de. **Contextualizando a Educação do Campo na Amazônia/Pará.** In: II Seminário Estadual de Educação do Campo. Por uma Educação do Campo na Amazônia/ Pará. Caderno de textos. Belém, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Políticas Internacionais e Educação** – Cooperação ou intervenção? In: DOURADO, Luís Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Orgs). Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001.

DOI: 10.51189/encoped/19754